

## De Baku a Belém: o que esperar da COP30<sup>1</sup>

Clarissa Lins<sup>2</sup>

Processos que requerem consenso são, por definição, mais lentos e penosos, porém mais legítimos. É neste contexto que devemos entender os resultados obtidos na COP29 de Baku. Em termos de avanços concretos, cabe destacar o acordo em relação à nova meta de financiamento climático anual, de US\$ 300 bilhões a partir de 2035. O novo valor é o triplo daquele acordado, em 2009, para o ano de 2020 e alcançado em 2022, com dois anos de atraso.

Com efeito, as economias desenvolvidas comprometeram-se a financiar os emergentes no montante acima mencionado, mobilizando recursos via diferentes modalidades - público, privado e multilateral - e condições - empréstimos, doações. Desta forma, esta que era “a COP das finanças” chegou ao resultado possível, ainda que considerado aquém do necessário.

Especialistas apontam para um volume anual necessário de até US\$ 1,3 trilhão a partir de 2035, em um cenário alinhado à ambição do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. Tal lacuna gerou o que ficou conhecido como “O caminho de Baku a Belém”, reforçando a criticidade do tema do financiamento da transição na agenda do clima.

Será necessário adotar mecanismos inovadores, fazer com que instituições multilaterais corram mais riscos, mas também aprimorar as condições locais para desenvolver bons projetos com a devida segurança regulatória e jurídica. Como já apontamos nesta coluna, é fundamental também atrair recursos domésticos, ancorados em sólidos mercados de capitais e bancos de desenvolvimento capazes de alavancar investimentos privados. Em ambos os pilares, o Brasil apresenta boas condições, tanto em função do papel do BNDES no financiamento de cadeias de baixo carbono, quanto graças à robustez dos mercados domésticos de crédito e de capitais.

O tema do financiamento deve, assim, ocupar espaço relevante na preparação para a COP30.

Adicionalmente, por força da agenda estabelecida no âmbito da ONU, cada país deve apresentar, até fevereiro de 2025, a revisão de suas metas climáticas para o horizonte 2035, as chamadas NDCs, do termo em inglês Nationally Determined Contributions. Idealmente, tais metas devem respeitar o limite de 1,5°C. Até agora, apenas Brasil, Reino Unido e Emirados Árabes Unidos o fizeram, ao passo que alguns já anunciaram potencial atraso, como a União Europeia (UE). Isto certamente é mais uma demonstração clara da distância entre a ciência e a realidade política. Governos têm tido crescente dificuldade em apresentar planos de redução de emissões às sociedades e

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível

em: [https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/de-baku-a-belem-o-que-esperar-da-cop30\\_gh.html](https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/de-baku-a-belem-o-que-esperar-da-cop30_gh.html) Acessado em 09.12.2024

<sup>2</sup> Economista e sócia-fundadora da Catavento Consultoria.

setores produtivos, por estes serem custosos e às vezes complexos, mas também porque requerem mudanças de hábitos e comportamentos.

Ao mantermos o ritmo atual de emissões de gases de efeito estufa, exauriremos o orçamento de carbono remanescente em até seis anos. Em outras palavras, estamos contratando mais eventos climáticos extremos e seus custos associados, bem como reduzindo nossa capacidade de adaptação. O Instituto de Resiliência de Estocolmo, um dos mais renomados do mundo, monitora desde 2009 os chamados limites planetários - critérios por meio dos quais avalia os limites ambientais nos quais a humanidade pode viver em segurança. Dos nove limites, já ultrapassamos seis em 2023 - clima e biodiversidade, por exemplo -, o que significa que estamos mais sujeitos a riscos abruptos e irreversíveis de danos ambientais.

Neste contexto, a pergunta que não quer calar é: até que ponto chegaremos? Por que o mecanismo de decisões consensuais adotado pela ONU não nos leva a políticas que acelerem o ritmo da transição para uma economia de baixo carbono? É o momento de rever a governança global do clima?

Brasil tem o desafio de lidar com a urgência do clima, avançando em temas sensíveis e longe de serem consenso

Este é o cenário posto para a realização da COP30, em novembro de 2025, na cidade de Belém. Além das medidas anunciadas em Baku, ainda carentes de claras rotas de implantação, o Brasil tem o desafio de lidar com a urgência do clima, avançando em temas sensíveis e longe de serem consensados por quase 200 países. Isto sem contar a provável retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, conforme anunciado pelo presidente eleito durante a campanha.

À luz dos desafios, devemos perder as esperanças? Ousaria dizer que não, devemos renová-las. O Brasil tem tido um papel diferenciado no cenário internacional, mantendo certa coesão no âmbito do G20, bem como capacidade de diálogo com diversos atores. Ademais, o país tem características próprias que o habilitam a dar o tom e o ritmo da transição para uma economia de baixo carbono, mesmo sendo um país emergente.

A COP30 pode representar, assim, a oportunidade de reafirmarmos nossa liderança neste novo mundo mais complexo e polarizado. Além das temáticas do financiamento em escala e das novas metas climáticas, o Brasil deve ainda ter influência sobre dois temas chave, a saber: o papel das soluções baseadas na natureza, inclusive nos recém-aprovados mercados de carbono; e o transitioning away de combustíveis fósseis.

Com efeito, mercados de carbono - cujas regras básicas para posterior definição foram aprovadas em Baku, encerrando um ciclo de 10 anos de discussão - podem representar uma oportunidade de canalizar recursos de países desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento, notadamente para projetos com alto nível de integridade. Este é um domínio no qual o Brasil pode e deve liderar pelo exemplo de bons projetos de restauração de cobertura vegetal e reflorestamento, reforçando a conexão entre clima e natureza na COP que é vista como a da floresta.

No tema da transição para longe dos combustíveis fósseis, do qual tratamos na última coluna, também o Brasil pode ter protagonismo ao propor nova abordagem que enriqueça o debate ao evidenciar os dilemas existentes e sinalizar encaminhamentos possíveis.

Adaptando do escritor e filósofo espanhol Ortega e Gasset, “o homem é ele e sua circunstância; se não salva a ela, não salva a si próprio”. Cabe-nos salvar nossas circunstâncias.